

FR.2023.0220

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2023

Ao

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMO. SR. EDUARDO FORTUNATO BIM

PRESIDENTE DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS – IBAMA

Setor de Clubes Esportivo Norte -SCEN, Trecho 2, Edifício Sede do Ibama – L4
Norte, Caixa Postal nº 09566, Brasília/DF

CEP: 70818-900

REF.: Manifestação à pauta da 66ª RO do CIF e os itens de Pauta relativos ao
PG13 (CT-ECLET): **5.1. Paralisação da Moore Consultoria** - PG13 - Nota
Técnica 50/2022 - Minuta de deliberação

Prezadas(os),

A **FUNDAÇÃO RENOVA** ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, no Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, manifestar-se acerca do Item 5.1 da Pauta da 66ª Reunião Ordinária deste I. Comitê, com fundamento na Cláusula Trigésima Nona, §§ 2º e 3º, do TAC Governança, e no Artigo 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF"), nos termos que se seguem.

A despeito da solicitação encaminhada pela CT-ECLET, a **Fundação Renova aproveita a presente oportunidade para manifestar sua DISCORDÂNCIA** com o conteúdo da Nota Técnica e da minuta de deliberação proposta e contrapõe individualmente os itens de solicitação constantes na NT 50/2022 CT-ECLET.

DS
FMDa

Primeiramente, pontua-se que não foi disponibilizado à Fundação pela Câmara Técnica de Educação, Cultura, Lazer, Esporte e Turismo o teor da Nota Técnica 50/2022. Apenas tomou-se conhecimento da referida nota quando da publicação da pauta da 66ª RO do Comitê Interfederativo (CIF).

A CT-ECLET subsidia a solicitação de suspensão na NT 50/2022 em argumentos com total ausência de rastreabilidade. Denota-se, pela leitura da NT 50/2022, que foram descritas situações em relação à contratação e atuação da Consultoria MOORE sem, contudo, motivar as alegações postas:

"Após a Câmara Técnica ter sido procurada pelos municípios, pelos atingidos e pelas instituições, e com as apurações feitas pela CT-ECLET nos territórios e observou "que o contrato da Consultoria MOORE, bem como sua atuação no território, extrapolou ao (SIC) escopo em alguns pontos e deixou sem nenhum tipo de iniciativa em outro, o que tem gerado muitos problemas nos territórios, alguns inclusive gerando crises institucionais entre gestão pública e Trade Turístico que nunca mais voltará à sua normalidade pela gravidade das ações."

"A formação dos EGL's gerou no território a sensação de uma gestão alternativa de turismo, de maneira a que (SIC), por estímulo da MOORE e da Fundação Renova" o grupo passasse das barreiras institucionais iniciando as ações que são de competência única e exclusivamente da Gestão Pública."

"Para além disso, as gestões municipais foram excluídas desse processo..."

Ao final da Nota Técnica, a CT-ECLET sugere, dentre outros pontos, a paralisação dos trabalhos da Consultoria MOORE no Estado de Minas Gerais, a contratação, por meio de convênio, do SEBRAE para a execução do escopo ora desempenhado pela Consultoria MOORE e por fim, que a Fundação consulte as Secretarias de Estado de Minas Gerais e do Espírito Santo sobre quais são os municípios complementares polos.

Adicionalmente, vale recordar que, de acordo com o Artigo 1º do Regimento Único das Câmaras Técnicas do Comitê Interfederativo, as Câmaras Técnicas são "órgãos técnico-consultivos instituídos para auxiliar o COMITÊ INTERFEDERATIVO" e ainda "são instâncias prioritárias para a discussão técnica e busca de soluções às divergências relacionadas aos PROGRAMAS, PROJETOS e AÇÕES".

Art. 1º. As CÂMARAS TÉCNICAS são órgãos técnico-consultivos instituídos para auxiliar o COMITÊ INTERFEDERATIVO no desempenho da sua finalidade de orientar, acompanhar, monitorar e fiscalizar a execução, com base em critérios técnicos socioeconômicos, socioambientais e orçamentários, de PROGRAMAS, PROJETOS e AÇÕES impostas pelo TTAC e pelo TAC-Gov, sem prejuízo das atribuições legais dos órgãos que as compuserem.

Portanto, tendo claro que o papel das Câmaras Técnicas é de assessorar o CIF no desempenho de suas atribuições, a FUNDAÇÃO compreende que a solicitação posta pela CT-ECLET não tem caráter vinculativo ou deliberativo.

Diante das solicitações, a FUNDAÇÃO apresenta as seguintes considerações:

- 1.** Tendo em vista que o contrato da Consultoria Moore finaliza em agosto de 2023 e que não houve a manifestação de todos os municípios não entendemos a ausência de motivação para paralisação das atividades da Consultoria neste momento.
- 2.** A Fundação Renova informa que a solicitação de que os processos de interface com outros Programas são levados em consideração na definição do escopo da Consultoria.
- 3.** A Fundação obedece ao princípio da ampla concorrência para contratação de fornecedores, salvo se a lei dispuser em contrário. Conclui-se, pois, que a indicação, conforme sugerido pela CT-ECLET, de contratação do SEBRAE está em desacordo com o princípio da ampla concorrência. Caso seja de interesse, a CT-ECLET pode apoiar no detalhamento de escopo das contratações.
- 4.** A Fundação Renova se disponibiliza a discutir e apresentar todas as informações com transparência à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 5.** A Fundação continua à disposição, toda vez que oficiada, a prestar informações sobre o detalhamento de execução dos projetos.
- 6.** A Consultoria Moore é responsável apenas pela execução do projeto de Desenvolvimento do Empreendedorismo Turístico, não havendo outros projetos aos quais a Consultoria esteja vinculada.

7. A Fundação Renova utilizou por referência metodológica a classificação da Política Pública, dentro dos limites do TTAC, mas essa não tem finalidade reparatória, portanto, exigiu customização aos territórios impactados. A classificação dos municípios principais (polos) e complementares no processo reparatório, considera nível de impacto e potencial turístico, não seguindo a classificação da Política Pública por ter outra finalidade, a reparação. Exemplarmente, se utilizamos a classificação da Política Pública, Mariana não poderia ser definida como município principal (polo), mas como complementar a Ouro Preto. Com esta solução técnica objetivamos apoiar o desenvolvimento de produtos específicos e com potencial nos municípios impactados e com maior potencial de atratividade turística. Se utilizássemos as classificações da Política Pública, e não a tomar por base, não seria possível cumprir os objetivos reparatórios do PG013 – Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.

Ressaltamos que no ciclo atual de PDCA a Fundação Renova entende que o projeto de Desenvolvimento do Empreendedorismo Turístico e Promoção do Destino Turístico necessita de revisão. Diante disto, a estratégia de execução do eixo de Turismo está em readequação junto aos programas 15 – Programa de Promoção da Inovação, 18 – Programa de Desenvolvimento e Diversificação Econômica e 19 – Programa de Recuperação de Micro e Pequenos Negócios e será apresentada no Grupo de Trabalho de Turismo a ser solicitado na 57ª Reunião Ordinária da CT-ECLET.

Sendo o que cumpria para o momento, a FUNDAÇÃO se coloca à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários. Renovando nossos protestos de estima e consideração, subscrevemos a presente

Atenciosamente,

DocuSigned by:
Felipe Moura de Andrade
5453F9090F74425
FUNDAÇÃO RENOVA

FELIPE MOURA DE ANDRADE

PROGRAMA DE APOIO AO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER